

# Editorial: Mais Bloco para mudar o país

O ano de todos os perigos. As consequências incertas do Brexit, o ódio que governará em Itália, o salto no escuro da democracia brasileira, a desfragmentação da União Europeia, a tensão crescente no Médio Oriente, o horizonte sombrio de uma nova crise financeira. Em 2019, a falta de saídas concretas e programas claros encerram todos os perigos e convocam a esquerda para todas as lutas. Em Portugal, as eleições europeias, em primeiro lugar, e as legislativas, logo em seguida, serão momentos definidores dessas escolhas necessárias. Devolver ao país a capacidade soberana de decidir sobre o que interessa: salvar os serviços públicos, reverter as leis laborais da troika, recuperar os setores estratégicos para a esfera pública, bater o pé aos tratados europeus e debelar o garrote da dívida.

A XI Convenção do Bloco de Esquerda é, por isso, o tempo do programa e das escolhas coletivas de um partido que representa a esperança nas mudanças necessárias. Recusamos a demagogia situacionista de quem diz que tudo está igual, que nada se alterou na capacidade organizativa dos e das que vivem do seu trabalho, que lutam pelo Estado social e pelos avanços elementares da democracia e das escolhas individuais. Ter garantido a paralisação das privatizações não nos fez esquecer a necessidade de recuperar os CTT e o setor financeiro para a esfera pública. A integração dos trabalhadores precários do Estado não nos demitiu de desmontar o quadro de abuso e instabilidade nos novos e velhos contratos. A reversão dos cortes da troika no setor da saúde só tornou mais forte a proposta de uma nova Lei de Bases pensada pelo João Semedo e o António Arnaut.

Em cada uma das lutas é fundamental aproveitar as brechas e garantir uma base ativista que dê força às conquistas. Na definição das regras das pensões, assim como nos manuais escolares gratuitos e na subida do salário mínimo, o Bloco é a força essencial. Força de conquista e de abertura de possibilidades. A descida do

valor das propinas responde a uma exigência histórica do movimento estudantil e abre a possibilidade de um novo impulso na luta por um ensino superior público, gratuito e de qualidade. O apoio à redução do tarifário nos transportes públicos traz ganhos concretos a quem habita os centros urbanos e enfrenta os problemas da especulação imobiliária, uma luta que continua a mobilizar setores fundamentais.

No mais, é necessário concretizar as lutas em andamento. O atraso e a exclusão de trabalhadores no PREVPAP podem ainda ser revertidas nos setores da saúde, da educação, da segurança social e em todos onde a organização desses trabalhadores e trabalhadoras se fizer sentir. Nas lutas laborais da PT, da EFACEC, da Autoeuropa, nos Aeroportos, onde tanto está ainda por conquistar. E arriscar onde é preciso: garantir uma primeira e bem-sucedida Greve Feminista no 8 de Março de 2019.